



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140815 - RN (2021/0001753-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : ELVIRA BARACUHY CAVALCANTI PRESTA
RECORRENTE : JOSE EDUARDO PINHEIRO SANTOS TANURE
ADVOGADOS : CAIO FORTES DE MATHEUS - PR036002
GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE - BA017828
GISELA BORGES DE ARAÚJO E OUTRO(S) - BA027221
YURI RANGEL SALES FELICIANO - BA061926
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORRÉU : CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A
CORRÉU : LAURA CRISTINA DA FONSECA PORTO
CORRÉU : EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ELVIRA BARACUHY CAVALCANTI PRESTA e outros contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (HC n. 0808753-80.2020.8.20.0000).

Os recorrentes foram denunciados pela prática, em tese, do delito previsto no art. 68 da Lei n. 9.605/98.

Sustentam que o juízo de origem extinguiu a punibilidade dos acusados, em decorrência da prescrição, cuja decisão foi posteriormente revogada, em nítida violação do instituto da preclusão *pro judicato*.

Dizem que a denúncia é manifestamente inepta, diante da tentativa de responsabilização objetiva dos recorrentes, e que o órgão de acusação não teria indicado os dispositivos normativos que completariam o conteúdo da norma penal incriminadora, prevista no referido dispositivo legal.

Defendem a atipicidade da conduta e a inconstitucionalidade do art. 68 da Lei n. 9.605/98, por violar o princípio da taxatividade, afirmando que a decisão que revogou a absolvição sumária dos recorrentes carece de fundamentação idônea.

Requerem, liminarmente, a suspensão da ação penal de origem e de todos os atos processuais até o julgamento definitivo do presente recurso. No mérito, pugnam pela

revogação do ato coator, com o restabelecimento da decisão que extinguiu a punibilidade dos recorrentes e, subsidiariamente, o trancamento da ação penal ou a absolvição sumária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente